

Anexo I – Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM LANÇAMENTO DE RECLAMATÓRIAS TRABALHISTAS NO ESOCIAL - EVENTOS S-2500 E S-2501 PARA A FUNDAÇÃO DO ABC SUA MANTIDA E UNIDADES GERENCIADAS

1.0- DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em lançamento de reclamações trabalhistas no e-social, eventos S2500 e S-2501, com a emissão das respectivas guias, visando atender as necessidades da Fundação do ABC, sua mantida e unidades gerenciadas.

2.0- JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Em outubro de 2023 foi implementado o novo evento do sistema e-Social: Processo Trabalhista. Por meio dele, o empregador tem a obrigatoriedade de lançar as informações relativas aos acordos e decisões proferidas nos processos que tramitam na Justiça do Trabalho.

Neste procedimento, devem ser informados os processos que tenham decisões condenatórias ou homologatórias de acordo, que se tornem definitivas (decisões contra as quais não cabe mais recurso) a partir de 1º de outubro de 2023, ainda que o processo tenha se iniciado antes.

Atualmente, no departamento jurídico é gerenciado um volume de mais de 3.000 (três) mil processos, com uma média de 05 (cinco) novos processos ingressando na fase de execução mensalmente (contagem por advogado), gerando volumetria estimada de 75 (setenta e cinco) lançamento de cálculos no mês.

Desta forma, a operacionalização do serviço de lançamento das informações no e-social pelos advogados tem se tornando inviável, em razão das razões abaixo expostas:

- a) Alocação de tempo por processo: estima-se que cada processo individual exija cerca de 04 (quatro horas de trabalho dedicado para a realização de todas as etapas, ocupando tempo demasiado na rotina de trabalho;
- b) Instabilidade no sistema: o sistema do e-Social vem demonstrando instabilidade, onde frequentemente não salva as informações já lançadas, sendo necessário a realização de retrabalho, desviando o foco dos advogados da realização de suas atividades principais;
- c) Profundo conhecimento dos cálculos judiciais: em razão das informações solicitadas para lançamento dos processos trabalhistas, é exigido o conhecimento aprofundado dos

cálculos judiciais, que demandam conhecimentos especializados nesta área, sendo que erros em lançamento poderá acarretar dispêndio financeiro para pagamento de multas a Instituição;

Desta feita, a presente contratação tem como objetivo trazer eficiência aos lançamentos no sistema, minimizando a possibilidade de erros com a incidência de possíveis multas, bem como otimizando a rotina de trabalho dos advogados.

3.0. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

3.1. Examinar detalhadamente as decisões dos processos trabalhistas a serem informados no e-Social, assegurando a correta interpretação e aplicabilidade das informações.

3.2. Executar o lançamento de informações pertinentes aos eventos S-2500 e S-2501 no e-Social, garantindo precisão e conformidade com a legislação vigente.

3.3. Contatar o advogado responsável pelo processo, visando alinhar todas as informações necessárias para o correto lançamento no e-Social;

3.4. Encaminhar as guias eventualmente geradas ao Advogado Responsável para que haja os tramites internos de pagamento;

3.5. Disponibilizar canal de acesso para a Fundação do ABC, sua mantida a Unidades Gerencias a fim de facilitar o fluxo de envio dos trabalhos;

3.6. Efetuar relatório mensal os serviços efetivamente realizados para validação da fiscalização do contrato;

3.7. Preparação do ambiente, análise e lançamento das informações diretamente no sistema e social;

3.8. Efetuar o lançamento dos processos trabalhistas no e-social até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao da homologação da sentença condenatória/homologatória de acordo.

4.0. DO PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

4.1. A Contratada deve estar apta para início da prestação do serviço na data de assinatura do contrato.

4.2. Caso, por motivo justo e devidamente justificado, a Contratada solicitar prorrogação do prazo para iniciação dos serviços, este pedido será analisado pela área requisitante sobre sua pertinência, por conveniência e oportunidade da Fundação do ABC.

4.3. Se a Contratada não cumprir o prazo de início, sem justificativa formal aceita pela Contratante, decairá seu do direito de fornecer os serviços adjudicados, sujeitando-se as penalidades previstas neste Termo de Referência, sendo convocados os proponentes remanescentes em ordem de classificação.

5.0. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1. Será vencedora a proponente que atender as exigências deste Termo de Referência e apresentar o menor preço global.

6.0. DO CONTRATO E DA FUNDAMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

6.1. A pretensa contratação será formalizada por meio de instrumento contratual e será regida pela lei 14.133/21.

6.2. No que diz respeito ao contrato, o vencedor que não comparecer para sua assinatura dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, decairá do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

6.3. Na ocorrência do disposto no item acima, facultar-se-á à Contratante convocar os demais proponentes, sucessivamente e por ordem de classificação, para assinar o instrumento contratual em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo vencedor, inclusive quanto aos preços e prazos, independente da aplicação das cominações previstas.

6.4. Não estão sujeitos às sanções do item acima, *in fine*, os proponentes que convocados nos termos do citado item, não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado.

6.5. O contrato firmado com a vencedora poderá ser alterado mediante termo aditivo.

7.0. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Para a comprovação da qualificação técnica, a Proponente deverá apresentar atestado de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, no qual deverá estar comprovado que presta ou prestou em favor dos signatários, os serviços compatíveis em característica com o Objeto pretendido pela Contratante.

8.0. DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

8.1. Designar, por escrito, no ato da assinatura do contrato, 01 (um) ou mais representantes, devidamente qualificados, conhecedores dos serviços prestados pela Contratada, para, juntamente com profissionais responsáveis designados pela Contratante, tratar da referida prestação de serviço no que se fizer necessário.

9.0. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. Apresentar proposta de preços e documentações de forma clara, contendo discriminação detalhada dos serviços ofertados contendo valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso e demais informações relevantes que permitam a perfeita análise e aceitação.

9.2. Indicação de valores, na qual a empresa participante se propõe a fornecer numericamente e por extenso, já incluídas, discriminadamente, todas as despesas, impostos,

e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto pretendido por esta Contratante.

9.3. Ademais, a proposta deverá ser apresentada contendo no mínimo:

- a) nome do representante legal da empresa e dados;
- b) detalhamento do objeto da prestação de serviços;
- c) valores unitários e totais, em moeda nacional;
- d) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;
- e) dados bancários da empresa, tais como número da conta corrente, agência e nome do Banco, preferencialmente do Banco Santander para facilitar o pagamento;
- h) CNPJ, telefone, endereço;
- i) Na proposta apresentada, os preços já deverão constar todas as despesas que incidam direta ou indiretamente para atendimento ao objeto aqui pretendido.

10.0. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada:

- 10.1.** A Contratada deverá garantir o serviço pelo prazo de vigência do contrato;
- 10.2.** Designar um representante para gerenciar o contrato em conjunto com o representante designado pela Contratante;
- 10.3.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 10.4.** Disponibilizar e manter atualizados endereços, telefones e e-mails para fins de comunicação formal entre as partes;
- 10.5.** Executar o lançamento dos processos trabalhistas que cumprem os requisitos estabelecidos pela legislação do sistema e-Social;
- 10.6.** Disponibilizar os recursos para a realização das atividades em número suficiente para atender todas as necessidades constantes neste Termo de Referência.
- 10.7.** Disponibilizar relatório por meio eletrônico e impresso contendo todos os processos trabalhistas lançados no sistema e-social, objetivando a liberação do pagamento da nota fiscal, durante toda a vigência do contrato.
- 10.8.** Respeitar e cumprir as determinações e instruções da Contratante, relativas à qualidade, ao bom andamento dos serviços, pelos funcionários, prepostos ou representantes da Contratada, bem como quando da interrupção de qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com as especificações, ou que atente contra a segurança de bens ou pessoas.
- 10.9.** Informar as eventuais ocorrências, mudanças nas políticas administrativas, técnicas e alterações contratuais que possam interferir de qualquer forma no relacionamento ora avençado.

10.10. Deverá orientar seus profissionais quanto à manutenção de sigilo sobre quaisquer dados, documentos, políticas, especificações técnicas ou comerciais, estratégias, inovações ou aperfeiçoamento que venha a ter acesso em função dos serviços prestados.

10.11. Manter profissionais técnicos competentes em número suficiente, em todas as fases da prestação de serviço.

10.12. Manter, durante toda execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei de Licitações e Contratos.

10.13. Dar ciência imediata e por escrito à Contratante referente a qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

10.14. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as no menor tempo possível.

10.15. Facilitar a fiscalização pela Contratante, dos serviços objeto do presente instrumento.

10.16. Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na execução dos serviços.

10.17. Estar ciente que, quando houver descumprimento total ou parcial da obrigação Contratada e assumida, serão aplicadas as penalidades previstas no ato convocatório e na legislação pertinente.

10.18. Estabelecer contato com o advogado responsável pelo processo trabalhista a ser lançado no e-Social para que evite qualquer erro de lançamento, solicitando, em tempo hábil, a complementação dos documentos que forem pertinentes.

10.19. Arcar com os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, sociais, previdenciários, acidentários, administrativos e civis, bem como pelos impostos e demais encargos resultantes da execução da prestação de serviços.

10.20. Estar em condições de prestar os serviços a partir da data da assinatura do Contrato e manter essa condição durante a vigência do contrato, atendendo a demanda destacada neste termo de referência, incluindo-se eventuais acréscimos que não deverão ultrapassar os 25% (vinte e cinco por cento) do objeto deste termo.

11.0. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

11.1. Efetuar na data acertada os pagamentos devidos à Contratada pelo serviço a ser prestado.

11.2. Atestar as faturas correspondentes, por intermédio do colaborador responsável pelo acompanhamento do processo.

11.3. Facilitar por todos os meios o exercício das funções da Contratada, promovendo o bom entendimento entre seus funcionários e os da Contratada e cumprindo suas obrigações estabelecidas no Termo de Referência.

11.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, bem como aos seus funcionários e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham a executar.

11.5. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada quando da prestação dos serviços, dando prazo para regularização e, quando não atendido, encaminhar ao Fiscal do Contrato demonstrando as irregularidades.

11.6. Avaliar mensalmente os serviços a serem executados pela Contratada através do relatório a ser encaminhado.

11.7. Exercer a gestão do contrato, de forma a assegurar o estabelecido nas especificações técnicas.

11.8. Encaminhar a Contratada as informações necessárias para a realização do lançamento do e-Social, através de e-mail a ser designado pela Contratada.

11.9. Disponibilizar o acesso necessário para a Contratada realizar o serviço no site do e-Social;

11.10. Aplicar as sanções administrativas previstas no Termo de Referência, proporcionando a ampla defesa e o contraditório.

11.11. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.12. Permitir acesso dos empregados da Contratada nas dependências da Fundação do ABC, colaborando para a tomada de medidas necessárias à prestação dos serviços, exigindo sempre a identificação funcional (crachá com foto).

11.13. Ao fiscalizar através de seu preposto a execução do objeto, observando as especificações e demais requisitos dispostos neste Termo de Referência, reservando-se o direito de rejeitar o serviço que, ao seu critério, não forem considerados satisfatórios.

11.14. Para os fins acima, a Contratante designará um funcionário que supervisionará e acompanhará a execução deste Contrato e a quem incumbirá anotar, em formulário próprio, qualquer ocorrência relacionada aos serviços objeto deste Contrato.

11.15. A Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas no Código Civil por danos que vier a causar à Contratante ou à terceiros, por culpa ou dolo de seus funcionários ou de seus prepostos na execução do contrato.

11.16. Propor ou aceitar alterações aos termos do contrato celebrado com a empresa vencedora, que visem o seu aprimoramento, observadas as disposições legais.

11.17. Encaminhar, até o primeiro dia útil do mês os processos que devem ser objeto de lançamento no sistema do e-Social.

12.0. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e acompanhamento da execução do objeto será por meio da área requisitante, observando que:

12.1. O Fiscal designado anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

12.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverá ser solicitada a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

12.3. A fiscalização por parte da Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos, ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado o serviço adquirido, subsistirá a responsabilidade da Contratada pela solidez, qualidade e segurança deste último.

13.0. DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

13.1. É vedada a cessão ou transferência total ou parcial dos direitos e/ou obrigações inerentes a este contrato, por quaisquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

14.0. DO PAGAMENTO

A Contratante compromete-se a pagar o preço constante da proposta da Contratada, observadas as seguintes condições:

14.1. O pagamento será feito no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento de recibo/nota fiscal/DANFE e após atestação dos serviços realizados no período, observando-se a retenção determinada pela ordem de serviço nº 203 de 29/01/99 do INSS.

14.2. As notas fiscais referentes aos serviços prestados deverão ser entregues em tempo considerável (até o quinto dia útil do mês do mês subsequente), para que a Contratante possa proceder com as análises devidas e o subsequente pagamento dos valores.

14.3. É obrigatório a inclusão do número do processo no corpo da nota fiscal, caso não haja tal informação o pagamento não será efetuado até sua regularização.

14.4. Caso seja detectado algum problema na documentação entregue anexada à nota fiscal, será concedido, pela Contratante, prazo para regularização.

14.5. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da Nota Fiscal/Fatura por parte da Contratada importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.

14.6. Em caso de eventuais atrasos, os valores serão atualizados de acordo com a legislação vigente.

14.7. A Contratada deverá indicar, com a documentação fiscal, o número da conta corrente e a agência, preferencialmente do Banco Santander S/A, a fim de agilizar o pagamento.

14.8. O pagamento devido pela Contratante será efetuado mediante a apresentação pela Contratada dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal constando a discriminação detalhada do serviço prestado;
- b) Comprovante de cadastro do CNPJ;

c) CND válida, provando a regularidade do prestador de serviços junto à Previdência Social;

d) Prova de Regularidade perante o FGTS;

14.9. Fica expressamente vedada a emissão e negociação de qualquer duplicata com base (ou relacionada) nos valores devidos pela Contratante sob o presente instrumento.

14.10. A Fundação do ABCC não assumirá responsabilidade alguma por pagamento de impostos e encargos que competirem a Contratada, nem estará obrigado a restituir-lhe valores, principais e acessórios, que porventura despende com pagamento dessa natureza.

15.0. DO REAJUSTE

15.1. Os preços dos serviços contratados são fixos e irrealizáveis durante os 12 (doze) primeiros meses.

15.2. A Contratada poderá solicitar o reajuste das mensalidades após decorrido o período de 12 (doze) meses do início da prestação dos serviços, tendo por base o menor índice oficial, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou por outro índice que substitua no caso de sua extinção, acumulada no período, de forma que a CONTRATANTE submeta a solicitação para análise, podendo aprovar ou não, observando os seguintes critérios:

15.2.1. Eleição do Índice:

15.2.1.1. Dois meses de retroação da data base (mês da proposta)

15.2.2. Na periodicidade:

15.2.2.1. Será considerada a variação ocorrida no período de 12(doze), a contar do mês da proposta, observada a retroação de dois na eleição dos índices

15.3. Só poderá ser aplicado um único e exclusivo reajuste contratual a cada 12 (doze) meses, não sendo permitida outras formas de reajuste.

16.0- DA ADESÃO DA MANTIDA, E UNIDADES GERENCIADAS DA FUNDAÇÃO DO ABC

16.1- A mantida e unidades gerenciadas poderão aderir ao presente contrato, através de solicitação formal à Presidência da FUABC e mediante termo de adesão de parte dos direitos do contrato, observando e mantendo as condições, valores e vigência do contrato principal;

16.2- Após a adesão, a mantida e unidades gerenciadas deverão realizar a reserva orçamentária conforme a quantidade de colaboradores.

16.3- A mantida e unidades gerenciadas deverão indicar à empresa CONTRATADA, todas as informações exigidas na resolução 23/2022, que aprova as alterações as instruções IN 001/2020, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para que sejam incluídas na Nota Fiscal, conforme descritos: nome da unidade onde foi prestado o serviço/fornecimento, número do processo de compras e número do Contrato de Gestão;

16.4- Havendo rescisão e/ou resolução do contrato de gestão entre a Fundação do ABC e o Município e/ou Estado que alcance a unidade Mantida aderente, o contrato será automaticamente resolvido para esta unidade por perda de objeto;

16.5- A relação das Unidades com endereços e quantidades de funcionários/vidas estão descritas no Anexo A deste Termo de Contrato.

16.6- Fica obrigada a empresa vencedora do certame a aceitar a inclusão de futuras unidades gerenciadas que vierem a ser incorporadas na FUABC, nas mesmas condições pactuadas no contrato que vier a ser firmado.

17.0. A ALTERAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO

17.1. Este contrato poderá ser modificado no todo ou em parte, por acordo entre as partes, somente através de Termo Aditivo.

18.0. DAS PENALIDADES E RECURSOS

18.1. A Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- I) advertência;
- II) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
- III) 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas em contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- IV) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou 5% (cinco por cento) do valor total do objeto contratado, no caso de inexecução parcial;
- V) Impedimento de licitar e contratar;
- VI) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.2. Da aplicação das penalidades previstas nos incisos I, II e III do caput, poderão ser interpostos recursos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

19.0. DA RESCISÃO

19.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme penalidades do artigo anterior.

19.2. As práticas passíveis de rescisão, tratadas no inciso anterior, podem ser definidas, dentre outras, como:

- a) corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da **Contratante** no processo administrativo ou na execução do Contrato;
- b) fraudulenta:** falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo administrativo ou de execução do Contrato;
- c) colusiva:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais interessados, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) coercitiva:** causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo administrativo ou afetar a execução do Contrato;
- e) obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

19.3. As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa física e/ou jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes da **Contratada** e dos administradores ou gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da lei.

19.4. São considerados motivos para a rescisão:

- a) a inexecução parcial ou total das obrigações e prazos constantes nos Instrumentos Convocatórios e Contratuais;
- b) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- c) a decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;
- d) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **Contratada**, desde que prejudique a execução do Contrato;
- e) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;
- f) o atraso nos pagamentos devidos pela **Contratante** decorrentes de serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- g) a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
- h) a aplicação ao contratado de suspensão do direito de licitar e/ou contratar com a **FUNDAÇÃO DO ABC E SUAS UNIDADES GERENCIADAS**;
- i) o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

- j) ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento administrativo regulamentar e licitatório público;
- k) ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento administrativo regulamentar e/ou licitatório público; ter afastado ou procurado afastar Proponentes, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- l) ter fraudado procedimento administrativo regulamentar e/ou licitação pública ou Contrato dela decorrente;
- m) ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato Administrativo;
- n) ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a Administração Pública e demais entes licitantes, sem autorização em lei, no instrumento convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- o) ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a Administração Pública;
- p) ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;

19.5. O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, desde que haja conveniência para a Contratante mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade superior, nos termos do artigo 138, §1º da Lei 14.133/21.

20.0. VIGÊNCIA

20.1. O prazo de vigência deverá ser pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais períodos a critério da contratante até o período de 60 (sessenta) meses, desde que:

- a) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja apresentado justificativa e motivo, por escrito, de que a Instituição Contratante mantém interesse na realização do serviço;
- d) Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Contratante;
- e) Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação; e
- f) Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

20.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

21.0. DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro de Santo André – São Paulo, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Sandro Tavares
Gerente Jurídico Operacional